



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
CONCURSO PÚBLICO – NÍVEL SUPERIOR

101 – ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL ADMINISTRAÇÃO

DATA E HORÁRIO DA PROVA: 11/4/2010 – 14h

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do **chefe de sala**:
 - Um **caderno de questões** da prova objetiva, contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta.
 - Um **cartão de respostas** óptico personalizado.
- Ao ser autorizado o início da prova, o candidato deverá verificar se a numeração das questões, a paginação e a codificação do **cartão** estão corretas.
- O candidato dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova objetiva, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo.
- Esse tempo inclui a marcação do **cartão de respostas** óptico da prova objetiva.
- Ao candidato somente será permitido levar o **caderno de questões** após 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início da prova.
- Somente após decorrida 1 (uma) hora do início da prova, o candidato poderá entregar seu **cartão de respostas** óptico e retirar-se da sala.
- Após o término da prova, o candidato deve entregar ao **chefe de sala** o **cartão de respostas** óptico devidamente assinado.
- O candidato deve deixar sobre a carteira apenas o **documento de identidade** e a **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação. O candidato deverá desligar e entregar ao **chefe de sala** régua de cálculo, calculadora, agenda eletrônica, *palmtop*, *bip*, *pager*, *notebook*, telefone celular, gravador, máquina fotográfica, *walkman*, aparelho portátil de armazenamento e de reprodução de músicas, vídeos e outros arquivos digitais, relógio, ou qualquer outro equipamento desse tipo e qualquer tipo de arma, mesmo que com porte autorizado.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e apostilas.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos no **cartão de respostas** óptico. Caso haja algum dado incorreto, escreva apenas no(s) campo(s) a ser(em) corrigido(s), conforme instruções no **cartão de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale no **cartão de respostas** óptico a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A questão que tiver mais de uma resposta assinalada será considerada errada, mesmo que uma das assinalações esteja correta.
- O **cartão de respostas** óptico **não** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no **cartão de respostas** óptico é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul o espaço a ela correspondente, conforme modelo a seguir:

Marque as respostas **assim**: ■

Realização:



PROVA APLICADA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I, para responder às questões de 1 a 3.

1 Em uma manhã de inverno em 1978, a assistente social Zélia Machado, 49 anos de idade, encontrou um bebê recém-nascido em um terreno baldio em frente de sua casa, em Curitiba. Era uma menina morena que chorava muito, ainda com o cordão umbilical, embrulhada em uma sacola de papel. Zélia, uma descendente de ucranianos de olhos azuis, levou a criança ao hospital e, ignorando a opinião contrária de parentes e amigos, resolveu adotá-la. “Foi a melhor decisão da minha vida”, diz hoje. Aos dezoito anos, Patrícia, a filha adotiva, está-se preparando para o vestibular e tem com a mãe um relacionamento melhor do que muitos filhos biológicos em outras famílias. “Às vezes até esqueço que fui adotada”, conta.

Histórias como essa compõem a primeira grande pesquisa sobre adoção no Brasil, feita pela psicóloga paranaense Lídia Weber em doze estados de diferentes regiões. O estudo, que acaba de ser apresentado no XXVI Congresso Internacional de Psicologia, realizado em Montreal, no Canadá, desmente alguns mitos sobre a adoção no país. Mostra, por exemplo, que a adoção é uma experiência muito mais tranquila e gratificante do que se imagina para pais e filhos. “Oitenta e cinco por cento dos casos estudados foram muito bem-sucedidos”, atesta a pesquisadora. “Esse resultado desmente a tese de muitos psicólogos e psiquiatras segundo a qual a perda dos pais biológicos é irreparável e determinante de todos os problemas nas crianças adotadas.”

In: *Veja*, 18/9/1996 (com adaptações).

Perfil dos filhos adotivos...	...e dos pais que adotam
64% são brancos.	91% estavam casados na época da adoção.
60% são mulheres.	55% não podiam ter filhos.
69% eram recém-nascidos na época da adoção.	45% já tinham filhos biológicos.
62% nunca tiveram notícias de seus pais biológicos.	40% têm curso superior completo.
69% sempre souberam que eram adotivos.	50% recebem mais de 1.500 reais por mês.

QUESTÃO 1

Com base no texto I, assinale a alternativa correta.

- (A) É correto afirmar que o primeiro parágrafo do texto I apresenta estrutura descritiva.
- (B) É alto o percentual, em crianças adotadas, de problemas psicológicos irreparáveis, resultantes da perda dos pais biológicos: 85%.
- (C) Foi a assistente social Zélia Machado a responsável pelos primeiros cuidados com o cordão umbilical do bebê recém-nascido encontrado em um terreno baldio.
- (D) Existem mitos sobre a adoção no Brasil. Um deles é o de que a criança adotada é problemática porque a perda dos pais biológicos é irreparável.
- (E) Há registros antigos que comprovam o fato de que os brasileiros consideram a adoção uma experiência tranquila e gratificante.

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa que apresenta conclusão da pesquisa **não** comprovável pela tabela do texto I.

- (A) Metade das adoções ocorreu em famílias com renda superior a 1.500 reais por mês.
- (B) A maioria dos adotados eram crianças brancas, recém-nascidas e do sexo feminino.
- (C) A maioria dos filhos adotados sabia da adoção.
- (D) Quatro em dez pais adotivos tinham curso superior completo.
- (E) Trinta e um por cento de casos problemáticos foram aqueles em que os filhos souberam tardiamente que eram adotados ou, pior ainda, por informação de terceiros.

QUESTÃO 3

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação de palavra ou expressão do texto I. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão “a assistente social” (linhas 1 e 2), caso seja colocada após o substantivo próprio a que se refere, cria, necessariamente, uma falha gramatical.
- (B) No trecho “de sua casa, em Curitiba” (linhas 3 e 4), a eliminação da vírgula e a substituição da preposição “em” por **de** mantêm o sentido original da frase.
- (C) A substituição de “ainda” (linha 5) por **ainda que** modifica o sentido da frase em que se insere, porque, no original, o vocábulo “ainda” tem valor de tempo e, na reescrita, passa a estabelecer uma relação de oposição, de concessão.
- (D) Na linha 12, o verbo **esquecer** está empregado com traços tipicamente coloquiais, pois a forma padrão culta exige que, na frase, ele seja acompanhado de pronome **me** e preposição **de**.
- (E) Na linha 23, o verbo **ser**, conjugado como “foram”, pode ser empregado também no singular.

Texto II, para responder às questões 4 e 5.

1 Em nosso país, são centenas de milhares de
crianças institucionalizadas que aguardam a adoção, um
sonho cada vez mais improvável para a maioria delas. Os
4 poucos casais que se decidem por adotar uma criança
procuram, invariavelmente, bebês recém-nascidos,
preferencialmente brancos, sadios e perfumados.

7 As crianças maiores, abandonadas, negligenciadas
ou vitimadas pela violência ou abuso sexual, estão em regra
condenadas a crescer dentro de instituições. Ali, por melhor
10 que seja o trabalho desenvolvido, por maiores que sejam os
esforços e a generosidade dos que lhes oferecem atenção e
cuidado, essas crianças estarão desprovidas do fundamental:
13 carinho e referência familiar.

Conversei, demoradamente, com dezenas delas.
Devo dizer que é muito dolorido. Os pequenos te cercam,
16 perguntam se você será o pai delas, disputam o teu colo ou a
garupa como que implorando pelo toque físico, te convidam
para voltar, te perguntam se você irá passear com elas. Meu
19 Deus!

Ao contrário dos presídios, dos manicômios e
mesmo das FEBEMs, a sensação, quando da saída dos
22 abrigos, não era de indignação ou revolta, mas, apenas, de
uma avassaladora tristeza.

Marcos Rolim. **Os filhos da solidão**, 12/12/2001.
Internet: <www.rolim.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 4

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação de palavra ou expressão do texto II. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a significação e a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) Os vocábulos “são” (linha 1) e “que” (linha 2) conferem ênfase à informação exposta no período de abertura do texto II.
- (B) O segundo período do parágrafo inicial do texto II estabelece com o primeiro uma relação de tempo.
- (C) As palavras “país”, “físico” e “presídios” são acentuadas pela mesma razão: o acento recai sobre a vogal “i”.
- (D) O termo “lhes” (linha 11) pode ser substituído pela expressão **à elas**, com acento indicativo de crase, pois o pronome **elas** remete a “crianças”, substantivo feminino utilizado no texto II.
- (E) O pronome “te” da linha 17 pode ser corretamente substituído por **lhe**.

QUESTÃO 5

Em cada alternativa a seguir, é feita uma interpretação relativa ao texto II. Assinale aquela que contém interpretação correta, de acordo com a significação e a norma culta padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão “quando da saída” (linha 21) sofre modificação de sentido, se reescrita como **quando eu saía**.
- (B) A palavra FEBEM recebeu marca de plural no texto, sendo grafada “FEBEMs” (linha 21) porque a sigla de uma extinta instituição de assistência social, popularizando-se, passou a atuar na língua portuguesa usada no Brasil como um substantivo comum, sujeito à flexão de plural, como qualquer outro.
- (C) O texto II é integralmente escrito em registro formal, uma vez que se trata de um conto literário.
- (D) O texto II explicita os seguintes sentimentos e sensações: abandono, negligência, ansiedade, satisfação, indignação.
- (E) A última palavra do texto sintetiza o sentimento que o autor costuma ter quando visita presídios, manicômios e abrigos.

Texto III, para responder às questões 6 e 7.

1 A prisão provisória é a principal vilã da superlotação
dos presídios brasileiros; porém, segundo relatório divulgado
pelo Instituto de Direitos Humanos da *International Bar*
4 *Association*, a crise do sistema judiciário vai além desse fato.
O país é dono da quarta maior população carcerária do
mundo. Dos mais de 400 mil presos, 44% estão em regime
7 de prisão provisória. Por outro lado, muitos condenados não
chegam às celas. O Ministério da Justiça estima que há mais
de 300 mil mandados de prisão contra condenados não
10 cumpridos. Para a instituição, só vontade política pode dar
um fim à crise do Judiciário e desafia CNJ a se manter duro e
eficaz. O relatório será apresentado na sexta-feira (26/2) na
13 Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp).

O relatório também acusa o sistema de elitista, por
dar privilégios aos mais ricos e estudados, que são aqueles
16 que conseguem pagar os melhores advogados e, assim,
garantir uma boa defesa. O mesmo ocorre com os menores,
já que todos os detentos da Fundação Casa, por exemplo,
19 têm origem humilde. Estudos também mostram que os juízes
estão usando os amplos poderes discricionários, previstos
em lei, para decretar a prisão provisória de certas classes de
22 pessoas, em resposta a ansiedades e preconceitos da
sociedade acerca de certos tipos de crimes.

A entidade também relata as condições das prisões
25 já divulgadas por meio dos mutirões do CNJ e o crescente
número de prisões de pessoas acusadas de delitos menores
e inocentes. É considerado grave ainda o fato de as
28 detenções gerarem facções criminosas.

Fabiana Schiavvon. **Só vontade política pode dar fim à crise do
Judiciário**. Internet: <www.conjur.com.br> (com adaptações).

QUESTÃO 6

A palavra “ainda” usada na linha 27 do texto III está empregada com o mesmo sentido na frase

- (A) Estou preocupado com Jairo: ele **ainda** não voltou.
- (B) Você **ainda** vai ser feliz, tenho certeza.
- (C) Ninguém acreditou, mas o pássaro **ainda** voava até aquela hora.
- (D) A jovem recebeu acusações injustas e, **ainda**, foi impedida de se explicar.
- (E) Não tinha muito tempo; **ainda** assim foi visitar a mãe doente.

QUESTÃO 7

Em cada item a seguir, julgue se a interpretação da frase mantém a ideia original.

- I Um quarto da população carcerária do mundo está naquele país (linhas 5 e 6).
- II O Brasil é dono da quarta maior população carcerária do mundo (linhas 5 e 6).
- III Mais de 175 mil presos brasileiros vivem em regime de prisão provisória (linhas 6 e 7).
- IV A lei brasileira concede aos juízes amplos poderes discriminatórios para decretar prisões provisórias de infratores pertencentes às classes menos favorecidas economicamente (linhas de 19 a 23).

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas um item está certo.
- (C) Apenas dois itens estão certos.
- (D) Apenas três itens estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 8

Podem se inscrever no processo seletivo do ProUni, referente ao primeiro semestre de 2010, os candidatos não portadores de diploma de curso superior que tenham realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2009 e alcançado no mínimo quatrocentos pontos na média das cinco notas (ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias; linguagens, códigos e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias e redação).

Internet: <<http://siteprouni.mec.gov.br>>.

Acerca do programa mencionado no texto, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Para concorrer às bolsas, o candidato deve ter renda familiar de até três salários mínimos por pessoa.
- (B) Criado ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, apenas no último triênio, o ProUni passou a ser aceito por universidades privadas; até 2007, apenas faculdades e centros universitários haviam aderido ao programa.
- (C) Professores da rede pública no exercício do magistério da educação básica, integrantes do quadro de pessoal permanente de instituição pública, podem concorrer às bolsas, desde que as pleiteiem para cursos de licenciatura, normal superior ou pedagogia.
- (D) O ProUni tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior.
- (E) Alunos que cursaram o ensino médio completo em escolas da rede privada e tenham usufruído de bolsas integrais nas respectivas instituições podem concorrer às bolsas do ProUni.

QUESTÃO 9

Nosso país tem uma grande parcela de jovens que ainda se encontra excluída do sistema educacional, pelo descaso social, com necessidades de trabalhar para o sustento de suas famílias, tendo de, às vezes, ter tempo para procurar emprego, ou fazer "bicos". O incentivo que não existe a esse jovem que se encontra marginalizado pela sociedade, por questões sociais, "desigualdades" e até a estrutura familiar, vem contribuir para sua exclusão.

Internet: <<http://www.brasile scola.com>>.

Acerca do sistema educacional brasileiro, da situação atual da educação no país e de temas correlatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Com relação ao financiamento da educação, o percentual dos impostos arrecadados que a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal devem investir é o mesmo, ressalvando-se o fato de que caberá à União o repasse de verbas aos entes federados com maiores dificuldades financeiras.
- (B) Considerada um retrocesso, a decisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, de reduzir a quantidade de dias letivos anuais, de 200 para 180, repercutiu em uma sensível degradação da qualidade no ensino público no país, razão pela qual já se cogita sua reversão.
- (C) A exclusão dos jovens do sistema educacional, mencionada no texto, é uma referência ao fato de que o país não possui um programa de educação destinado aos trabalhadores (jovens e adultos), já que a antiga modalidade (supletivo) não foi substituída por outra alternativa que atendesse a esse segmento.
- (D) Entre os sistemas de avaliação da educação brasileira implementados pelo Estado, merecem menção o SAEB, exclusivo para o ensino fundamental, e o ENEM, apenas para o ensino médio.
- (E) A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

QUESTÃO 10

João responde a processo criminal por sonegação fiscal, crime apenado com reclusão. O juiz determinou a quebra do sigilo bancário de João no dia 10 de janeiro de 2010, ocasião em que seu advogado impetrou *habeas corpus*, por entender que a medida era arbitrária. Acerca do remédio constitucional utilizado, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O advogado de João agiu corretamente, embora como regra o remédio adequado seja o mandado de segurança.
- (B) O *habeas corpus* é ação de natureza penal, de procedimento especial e isento de custas.
- (C) Segundo entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF), o *habeas corpus* é cabível frente à ofensa indireta, reflexa ou potencial ao direito de locomoção.
- (D) O *habeas corpus* é utilizado contra ilegalidade ou abuso de poder no tocante ao direito de locomoção, que alberga o direito de ir, vir e permanecer dos cidadãos.
- (E) Ainda que a quebra do sigilo fosse determinada pela autoridade fiscal, o *habeas corpus* poderia ser legitimamente utilizado.

QUESTÃO 11

Mário, empregado de uma empresa, pessoa jurídica de direito privado e delegatária de serviços públicos, atropelou Maria, servidora pública do Distrito Federal. Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta, com base nas disposições constitucionais acerca do tema.

- (A) Considerando que a empresa é delegatária e prestadora de serviços públicos, é correto afirmar que sua responsabilidade será objetiva.
- (B) Por ser a vítima uma servidora pública, Mário responderá pelo atropelamento com base na responsabilidade subjetiva.
- (C) A responsabilidade da empresa será subjetiva, pois se trata de pessoa jurídica de direito privado.
- (D) Mário responderá objetivamente pelos danos causados a Maria.
- (E) Mário não pode ser responsabilizado subjetivamente, posto que agiu em nome de uma delegatária de serviço público.

QUESTÃO 12

Pietra Ferrari é uma italiana naturalizada brasileira. Após anos de luta nos movimentos de defesa dos direitos humanos, foi escolhida para representar um grupo de mulheres na política nacional. Com base no que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que Pietra poderá ocupar o cargo de

- (A) presidente da República.
- (B) presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) presidente do Senado Federal.
- (D) governadora do seu estado.
- (E) vice-presidente da República.

QUESTÃO 13

Após três anos de trabalho árduo na administração pública do Distrito Federal, Joana conquistou a tão sonhada estabilidade no cargo. Entretanto, acreditando que não poderia mais ser demitida, Joana começou a se ausentar do serviço, ser displicente com suas atividades e descumprir as ordens de seus superiores. Depois de seis meses trabalhando como estável, Joana foi sumariamente demitida do cargo. Acerca dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A demissão de Joana foi correta.
- (B) A demissão de Joana prescinde de processo administrativo.
- (C) A demissão de Joana poderia se dar mediante procedimento de avaliação de desempenho.
- (D) Se a demissão de Joana for invalidada por sentença judicial, ela deverá ser reconduzida ao cargo anteriormente ocupado.
- (E) Se a demissão de Joana for invalidada por sentença judicial, ela deverá ser revertida ao cargo anteriormente ocupado.

QUESTÃO 14

No exercício de sua autonomia política, o Distrito Federal criou uma lei que promove os direitos humanos assegurados na Constituição Federal. Acerca desse ato legislativo, assinale a alternativa correta, à luz da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

- (A) Ao se promulgar a lei, foi atendido um dos objetivos prioritários do Distrito Federal.
- (B) O Distrito Federal só pode promover os direitos humanos por meio de lei.
- (C) A lei visa atender à exigência presente na Constituição Federal do Brasil, mas não na LODF.
- (D) Segundo a LODF, a dignidade da pessoa humana é um objetivo prioritário.
- (E) A referida lei é manifestação da autonomia administrativa da Câmara Legislativa.

QUESTÃO 15

Considere que a Câmara Legislativa do Distrito Federal queira fortalecer a soberania popular e resolva submeter uma lei aprovada na Casa ao crivo da população. Nessa situação, a soberania será exercida por meio de

- (A) plebiscito.
- (B) referendo.
- (C) iniciativa popular.
- (D) sufrágio universal com voto indireto, mas secreto.
- (E) sufrágio universal com voto direto, mas aberto.

QUESTÃO 16

Acerca dos servidores públicos do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) É assegurada a participação de servidores públicos na gerência de fundos e entidades para os quais contribuem, na forma da lei.
- (B) A administração direta e indireta será regida pelo regime jurídico único.
- (C) Os servidores distritais serão estáveis após três anos da aprovação no concurso público.
- (D) As autarquias e fundações distritais não serão regidas por regime jurídico único.
- (E) Os servidores públicos distritais não possuem direito a greve, embora lhes seja outorgada por lei a livre associação sindical.

QUESTÃO 17

Paulo, José e João são servidores públicos da administração indireta. No dia 10 de fevereiro de 2010, precavendo-se para os acontecimentos do carnaval, os três saíram às ruas do Distrito Federal, executando serviços de fiscalização em atividades de comércio e em locais proibidos para menores. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta acerca das atividades executadas por eles.

- (A) Ao buscar a manutenção da ordem pública, os três servidores atuaram como polícia judiciária.
- (B) Paulo, José e João poderiam ter delegado suas atribuições a pessoas da iniciativa privada.
- (C) Os atos emitidos pelos três servidores não podem ser considerados atos administrativos.
- (D) Àquele que se encontre irregular, a administração poderá aplicar sanções como: interdição de atividade, fechamento de estabelecimento e apreensão de objetos.
- (E) No exercício de suas atribuições, Paulo, José e João só poderão atuar repressivamente.

QUESTÃO 18

Pedro é agente público e recebe estipêndio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Diante dessa informação, é possível afirmar que Pedro não é

- (A) vereador.
- (B) ministro de Estado.
- (C) diretor de secretaria em tribunal superior.
- (D) juiz federal.
- (E) secretário municipal.

QUESTÃO 19

Mário pretende construir em uma área nobre de Brasília. Depois de pagar pelo projeto da casa, Mário foi informado por seu arquiteto de que, para iniciar as obras, seria necessário ir à administração e requerer um alvará de licença, e de que esse alvará seria sempre irrevogável, mesmo antes de iniciada a obra. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O arquiteto prestou todas as informações corretamente.
- (B) O arquiteto errou ao dizer que a administração deveria expedir um alvará de licença.
- (C) O ato administrativo a ser requerido por Mário é a permissão para construir.
- (D) A informação de que o alvará de licença é sempre irrevogável está correta.
- (E) Por se tratar de licença para construir, a jurisprudência tem entendimento de que é possível a revogação enquanto não iniciada a obra licenciada.

QUESTÃO 20

Ana Maria, servidora pública, foi suspensa de suas atividades no ano de 2003. Angélica, sua colega de trabalho, sofreu penalidade de advertência um ano antes. Sabendo-se que as duas não cometeram nenhuma outra infração, é correto afirmar que

- (A) as duas servidoras tiveram os registros das penalidades cancelados em 2008.
- (B) Ana Maria teve de esperar cinco anos de efetivo exercício para ver seu registro cancelado.
- (C) os registros das penalidades não poderão ser cancelados.
- (D) Angélica não teve a sua penalidade registrada.
- (E) Ana Maria e Angélica tiveram de aguardar, respectivamente, três e cinco anos de efetivo exercício até que o registro delas fosse cancelado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

Acerca da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) A Declaração é documento fortemente inspirado pela doutrina religiosa da Igreja Católica e baseia-se na crença em um deus único e no amor ao próximo.
- (B) A Declaração pressupõe as diferenças culturais entre os povos, mas adota determinados princípios e regras com caráter absoluto e pretensão de universalidade, como a proscricção da escravidão e da tortura e a igualdade de todos perante a lei.
- (C) A fim de garantir o direito à imagem e a privacidade dos cidadãos, a Declaração estabelece que, no caso de alguém ser processado criminalmente, deverá ser julgado pelo órgão competente em processo sigiloso; o sigilo somente deverá ser levantado na hipótese de condenação transitada em julgado.
- (D) Pelo fato de reconhecer o direito à liberdade de locomoção e a relevância do intercâmbio cultural entre os povos, a Declaração propugna a possibilidade de livre entrada e saída dos indivíduos em qualquer país, em tempo de paz.
- (E) Devido à inspiração de natureza socialista vigente na época de sua aprovação, a Declaração não menciona de forma expressa o direito à propriedade privada.

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa correta quanto à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

- (A) É competência precípua do Distrito Federal e dos municípios, mas não dos estados, efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral e criar programas de amparo para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e para pessoas que vivam em situação de rua.
- (B) As prestações oferecidas pelo poder público com base na LOAS são dirigidas eminentemente às populações urbanas, pois as rurais são atendidas por meio dos benefícios específicos previstos no Plano de Benefícios da Previdência Social, objeto da Lei n.º 8.213, de 24/7/1991.
- (C) Compete de forma concorrente à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios o custeio dos benefícios de prestação continuada a que se refere o art. 203 da Constituição brasileira.
- (D) O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é composto por 18 membros e presidido pelo Presidente da República; seus integrantes possuem mandato de dois anos; é competência do Conselho aprovar a Política Nacional de Assistência Social e aprovar critérios de transferência de recursos para os estados, municípios e Distrito Federal.
- (E) O benefício de prestação continuada previsto na LOAS consiste no pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de qualquer deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família, independentemente da percepção de benefício previdenciário.

QUESTÃO 23

Com referência à Convenção Internacional a respeito dos Direitos da Criança, assinale a alternativa correta.

- (A) No Brasil, a despeito de a capacidade eleitoral ativa (isto é, o direito de votar) ser estabelecida pela Constituição da República em 16 anos, criança, para os fins da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, será o indivíduo com menos de 18 anos de idade.
- (B) De acordo com a Convenção, a criança possui, em qualquer caso, o direito de conhecer seus pais biológicos.
- (C) Os Estados signatários da Convenção devem agir para proteger o interesse da criança, até, se for o caso, para separá-la de seus pais. Isso pode ocorrer devido à pobreza e a maus tratos, entre outros fundamentos.
- (D) O direito de visita e de convivência dos pais em relação à criança que tenha necessitado ser deles separada é inalienável da condição parental e a satisfação desse direito deve ser garantida pelos Estados signatários da Convenção.
- (E) As crianças, por sua pouca idade, decorrente de definição legal, não têm direito à cobertura da previdência social oficial, uma vez que esta se baseia na contribuição econômica dos participantes, por determinados prazos, para a formação de um fundo.

QUESTÃO 24

A respeito das Regras de Beijing, assinale a alternativa correta.

- (A) Em face do princípio da individualização da pena, previsto de forma expressa na Constituição brasileira, a aplicação das sanções apropriadas aos atos infracionais, de acordo com as Regras de Beijing, deve necessariamente levar em conta fatores como raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem social e posição econômica do adolescente.
- (B) Existe conflito jurídico entre as Regras de Beijing e as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelecem a aplicação de medidas socioeducativas a adolescentes infratores, porquanto aquelas regras não permitem a responsabilização do jovem infrator.
- (C) Exclusivamente do ponto de vista das Regras de Beijing, sem levar em conta o ECA, é possível a divulgação da identidade de jovens infratores, em razão do princípio da liberdade de imprensa, desde que os veículos de imprensa adotem medidas para respeitar a dignidade do indivíduo.
- (D) Mesmo quando submetido a tratamento institucional, o jovem infrator tem direito, sempre que possível, ao acesso de pais e tutores.
- (E) No processo judicial decorrente da prática de ato infracional, embora o jovem tenha direito à aplicação do princípio do devido processo legal, não há necessidade de advogado para a sua defesa, a qual pode ser realizada por meio de servidores para tanto devidamente treinados.

QUESTÃO 25

No que se refere às Diretrizes de Riad, assinale a alternativa correta.

- (A) De forma simplificada, o princípio da insignificância, no Direito Penal, significa que não devem ser punidas condutas que resultem em lesão irrelevante à vítima e aos valores protegidos pela lei. Esse princípio é incompatível com as Diretrizes de Riad, no que diz respeito aos jovens infratores.
- (B) As Diretrizes de Riad são incompatíveis com instituições estatais formais de internamento de jovens infratores.
- (C) De acordo com as Diretrizes de Riad, o sistema de educação dos jovens deve ser exclusivamente oficial e público.
- (D) As Diretrizes de Riad, em respeito à liberdade de comunicação social como direito fundamental no mundo contemporâneo, não admitem ação estatal que busque influenciar o conteúdo dos veículos de comunicação.
- (E) As políticas estatais de prevenção da delinquência juvenil devem considerar que o comportamento dos jovens que não se ajustem aos valores e normas gerais da sociedade é, frequentemente, etapa do processo de amadurecimento destes, de modo que tal comportamento não redunde em tratamento indevidamente severo do jovem.

QUESTÃO 26

Em relação às Regras de Tóquio, assinale a alternativa correta.

- (A) As Regras de Tóquio, em virtude do princípio da presunção de inocência, são aplicáveis apenas a cidadãos com condenação criminal transitada em julgado, a fim de estimular a conversão das penas privativas de liberdade em restritivas de direitos.
- (B) Estritamente de acordo com as Regras de Tóquio, os processos de natureza criminal devem ser públicos, a fim de reduzir o risco da aplicação de sanções ilegais e abusivas por parte dos órgãos estatais.
- (C) As Regras de Tóquio estimulam, à luz da legislação de cada país, a negociação entre o investigado e o Ministério Público, com a finalidade de evitar o ajuizamento de ação penal e, no caso de infrações de menor potencial ofensivo, de aplicar medidas não privativas da liberdade.
- (D) No caso de a medida não privativa de liberdade resultar em insucesso, a consequência deve ser, em conformidade com as Regras de Tóquio, a decretação da prisão do delinquente, após decisão judicial e desde que respeitado o princípio do contraditório.
- (E) Consoante as Regras de Tóquio, há diversas medidas possíveis de caráter não restritivo da liberdade, tais como a pena pecuniária, a indenização da vítima, a vigilância judiciária e a prestação de serviços à comunidade, mas não é permitida a aplicação cumulativa dessas medidas, a fim de evitar sanção desproporcional do réu.

QUESTÃO 27

Com relação à Política Nacional da Assistência Social — Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) —, assinale a alternativa correta.

- (A) Devido à norma constitucional que impõe o equilíbrio da gestão orçamentária, o SUAS baseia-se no caráter contributivo da participação de seus beneficiários.
- (B) Na proteção social de assistência social, a família é considerada o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Esse conceito corresponde ao princípio de matricialidade sociofamiliar.
- (C) Em face da dimensão territorial do país e da necessidade de visão global de seus problemas, aplica-se na gestão compartilhada de serviços de assistência social o princípio da concentração, de forma que os serviços devem ser preferencialmente prestados pela União e pelos estados.
- (D) No SUAS, os projetos de enfrentamento da pobreza devem ser custeados com verbas orçamentárias específicas da União, estados, Distrito Federal e municípios e não por meio do Fundo Nacional de Assistência Social.
- (E) As ações de enfrentamento do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes são prioridade do SUAS e devem ocorrer em todo o país de modo uniforme, independentemente de determinado município encontrar-se em região portuária, turística, ribeirinha, litorânea ou de garimpo.

QUESTÃO 28

As organizações são consideradas um sistema social, formado por pessoas que se unem para atingir objetivos comuns. Uma das características desse sistema é que seu resultado é sempre maior do que a soma das partes envolvidas. Essa característica é chamada de

- (A) sinergia.
- (B) interação com o ambiente.
- (C) equilíbrio econômico.
- (D) equifinalidade.
- (E) entropia.

QUESTÃO 29

O conjunto de valores em vigor em uma empresa, suas relações e sua hierarquia, definindo padrões de comportamento e de atitudes que governam as ações e decisões mais importantes da administração constitui

- (A) cultura organizacional.
- (B) clima organizacional.
- (C) ambiente de trabalho.
- (D) comportamento gerencial.
- (E) ética da administração.

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que caracteriza decisões programadas.

- (A) dados inadequados, novos, incertos e não confiáveis
- (B) imprevisibilidade
- (C) problemas com situações conhecidas e variáveis estruturadas
- (D) tomada de decisão individual e rotineira
- (E) processamento de dados convencional

QUESTÃO 31

Acerca das barreiras da comunicação, as limitações ou distorções decorrentes dos símbolos por meio dos quais a comunicação é feita e que decorrem do uso inadequado de uma linguagem não comum são chamadas de barreiras

- (A) pessoais.
- (B) físicas.
- (C) semânticas.
- (D) psicológicas.
- (E) mecânicas.

QUESTÃO 32

Assinale a alternativa correta acerca do conceito de reengenharia.

- (A) É um processo positivo e pró-ativo, por meio do qual uma empresa examina como outra realiza uma função específica, a fim de melhorar a forma de realizar a mesma função ou função semelhante.
- (B) É uma ação que existe por parte de uma organização, para obter mão de obra de fora da empresa, ou seja, mão de obra terceirizada.
- (C) É a modificação, ao mesmo tempo, de processos, organizações e sistemas de informações de apoio, com objetivo de conseguir melhoria radical no tempo, no custo, na qualidade e na satisfação dos clientes.
- (D) É uma das técnicas da administração contemporânea, que tem por objetivo a eliminação da burocracia corporativa desnecessária, pois ela é focada no centro da pirâmide hierárquica, isto é, na área de recursos humanos (RH).
- (E) É uma metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da Harvard Business School, Robert Kaplan e David Norton.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que **não** está de acordo com os Princípios de Deming.

- (A) Estabelecer constância de propósitos para a melhoria do produto e do serviço, objetivando tornar-se competitivo e manter-se em atividade, bem como criar emprego.
- (B) Melhorar constantemente o sistema de produção e de prestação de serviços, de modo a melhorar a qualidade e a produtividade e, conseqüentemente, reduzir de forma sistemática os custos.
- (C) Instituir treinamento no local de trabalho.
- (D) Eliminar o medo, de tal forma que todos trabalhem de modo eficaz para a empresa.
- (E) Tornar imprescindível a dependência da inspeção em massa como forma de atingir a qualidade.

QUESTÃO 34

Acerca das principais ferramentas da qualidade, o gráfico composto por retângulos justapostos em que a base de cada um deles corresponde ao intervalo de classe e em que sua altura diz respeito à respectiva frequência é chamado de

- (A) histograma.
- (B) folhas de verificação.
- (C) gráficos de dispersão.
- (D) diagrama de pareto.
- (E) diagramas de causa-efeito.

QUESTÃO 35

O método tradicional de avaliação de desempenho mais utilizado e divulgado, requer uma multiplicidade de cuidados, a fim de neutralizar a subjetividade e o pré-julgamento do avaliador. Com base nele, o avaliador utiliza um formulário de dupla entrada, no qual as linhas representam os fatores de avaliação de desempenho; e as colunas, os graus de avaliação desses fatores. Esse é o método chamado

- (A) das escalas gráficas.
- (B) da escolha forçada.
- (C) da pesquisa de campo.
- (D) dos incidentes críticos.
- (E) misto.

QUESTÃO 36

O método de avaliação de cargos criado por Merrill R. Lott, em que os cargos são comparados por meio de fatores de avaliação em suas partes componentes, são atribuídos valores numéricos para cada elemento do cargo e em que o valor total é obtido pela soma dos valores numéricos, é chamado de método

- (A) do escalonamento.
- (B) das categorias predeterminadas.
- (C) de avaliação por pontos.
- (D) da comparação de fatores.
- (E) misto.

QUESTÃO 37

Acerca do planejamento operacional, assinale a alternativa correta.

- (A) Preocupa-se basicamente com "o que fazer" no nível em que as tarefas são executadas.
- (B) É projetado para longo prazo.
- (C) É definido pela cúpula da organização.
- (D) Envolve a empresa como um todo.
- (E) Trata de estabelecer o que a empresa deve fazer antes da necessária ação empresarial.

QUESTÃO 38

Uma das etapas do planejamento estratégico, em que se define a razão pela qual a organização existe e que apresenta informações como os tipos de produto ou de serviço que a empresa oferece é a

- (A) missão organizacional.
- (B) visão organizacional.
- (C) análise do ambiente interno.
- (D) análise do ambiente das tarefas.
- (E) análise do ambiente feral.

QUESTÃO 39

O tipo de estratégia em que a organização enfoca uma única linha de negócios, visando obter vantagem competitiva por meio do conhecimento especializado e eficiente, além de evitar os problemas que envolvem a administração de muitos negócios, é conhecida como estratégia de

- (A) estabilidade.
- (B) crescimento.
- (C) rotatividade.
- (D) concentração.
- (E) liquidação.

QUESTÃO 40

O *Balanced Scorecard* é um sistema de avaliação de desempenho empresarial que fornece uma estrutura para a implementação das estratégias das organizações. Um dos indicadores é entregar produtos no menor tempo possível e ao menor custo, que está ligado à perspectiva

- (A) financeira.
- (B) de cliente.
- (C) de aprendizado.
- (D) de processos internos.
- (E) de crescimento.

QUESTÃO 41

Muitas forças diferentes fora e dentro da organização influenciam o desempenho administrativo. Acerca dessas forças, assinale a alternativa que indica um elemento pertencente ao ambiente geral das organizações.

- (A) clientes
- (B) mudanças tecnológicas
- (C) fornecedores
- (D) funcionários
- (E) agentes reguladores

QUESTÃO 42

Assinale a alternativa que **não** representa um dos princípios da administração pública.

- (A) legalidade
- (B) impessoalidade
- (C) moralidade
- (D) publicidade
- (E) honestidade

QUESTÃO 43

A Constituição Federal dispõe que os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível. No plano infraconstitucional, a Lei n.º 8.429/1992 regulamentou o referido dispositivo constitucional, disciplinando a questão da improbidade administrativa. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de improbidade é de competência exclusiva do Ministério Público.
- (B) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos poderão ser decretadas liminarmente pelo judiciário.
- (C) A aplicação das penalidades previstas na Lei de Improbidade incumbe tanto à Administração quanto ao Poder Judiciário.
- (D) Na ação de improbidade administrativa, é permitida a transação.
- (E) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.

QUESTÃO 44

Ainda a respeito do tema improbidade administrativa, Lei n.º 8.429/1992, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação de improbidade é de natureza civil e penal, conforme já reconhecido expressamente pelo Supremo Tribunal Federal.
- (B) A lei considera como sujeito ativo o empresário que, mesmo não sendo agente público, se beneficie, sob qualquer forma direta ou indireta, do ato de improbidade.
- (C) Em razão do princípio constitucional da individualização da pena, o sucessor daquele que se enriquecer ilícitamente não está sujeito às cominações da lei.
- (D) O inquérito policial ou o procedimento administrativo são medidas indispensáveis para apurar qualquer ilícito previsto na lei.
- (E) Frustrar a licitude de concurso público é tipificado na Lei como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

QUESTÃO 45

A forma de preenchimento de cargo público que **não** está expressamente prevista na Lei n.º 8.112/1990 é

- (A) posse.
- (B) nomeação.
- (C) promoção.
- (D) reversão.
- (E) aproveitamento.

QUESTÃO 46

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de trinta e seis meses, durante o qual a sua aptidão e a capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Para tanto, a Lei n.º 8.112/1990 estabelece alguns fatores que deverão ser observados. Assinale a alternativa que apresenta um fator **não** incluído nesse conjunto pela referida Lei.

- (A) assiduidade.
- (B) disciplina.
- (C) capacidade de iniciativa.
- (D) conhecimento.
- (E) responsabilidade.

QUESTÃO 47

Ainda acerca de contratos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) São contratos regidos predominantemente por normas de direito público.
- (B) A regra segundo a qual os contratos administrativos são celebrados *intuitu personae* é relativa.
- (C) Não é característica do contrato administrativo a liberdade de forma, razão pela qual eles devem ser obrigatoriamente escritos.
- (D) Os contratos administrativos admitem o uso da exceção do contrato não cumprido pelo poder público.
- (E) O resumo do instrumento do contrato, qualquer que seja o seu valor, deve ser publicado na imprensa oficial como condição indispensável de eficácia.

QUESTÃO 48

Hely Lopes Meirelles assevera que os requisitos constituem a infraestrutura dos atos administrativos, sejam eles vinculados ou discricionários, simples ou complexos, de império ou de gestão. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O motivo, como pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo, pode ser vinculado ou discricionário.
- (B) O poder legal atribuído ao agente para o desempenho específico de suas funções é a competência, a qual, sendo um requisito de ordem pública, é intransferível, improrrogável e indelegável.
- (C) A finalidade, que representa o objetivo de interesse público a atingir, não vincula o administrador à vontade legislativa.
- (D) A forma, como elemento exteriorizador do ato administrativo, é requisito sempre vinculado.
- (E) O objeto do ato administrativo identifica-se com seu próprio conteúdo e será sempre vinculado.

QUESTÃO 49

A responsabilidade civil da administração pública encontra suporte na Constituição Federal em seu art. 37, § 6º, o qual estabelece que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. A respeito desse tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares prescinde da existência de culpa.
- (B) A reparação de danos causados a terceiros pode ser feita no âmbito administrativo.
- (C) É presumida a culpa da administração pública no caso de latrocínio praticado por preso foragido.
- (D) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva em relação a usuários e não usuários do serviço.
- (E) A responsabilidade civil do Estado rege-se pela teoria objetiva ou pela teoria do risco administrativo.

QUESTÃO 50

No exercício de suas funções, a administração pública sujeita-se a controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro (com adaptações).

Com relação a esse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A administração pode anular seus próprios atos por motivo de conveniência e oportunidade.
- (B) Não é possível o controle judicial sobre os atos discricionários realizados pela administração.
- (C) O controle da administração sobre seus próprios atos denomina-se autoexecutoriedade.
- (D) O Poder Judiciário pode, desde que provocado, revogar atos administrativos vinculados.
- (E) O direito brasileiro adotou o sistema da unidade de jurisdição.

QUESTÃO 51

Em respeito ao princípio da independência e harmonia dos poderes, o controle que o Poder Legislativo exerce sobre a administração pública está limitado às hipóteses previstas na Constituição Federal, entre as quais é correto afirmar que

- (A) compete ao Tribunal de Contas da União apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- (B) o Tribunal de Contas da União, desde que autorizado pelo Senado Federal ou pela Câmara dos Deputados, poderá realizar auditoria de natureza contábil nas unidades administrativas do Poder Judiciário.
- (C) as decisões do Tribunal de Contas de que resulta imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo judicial.
- (D) o Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.
- (E) não é aplicável o instituto da tomada de contas especial ao Banco do Brasil, tendo em vista sua sujeição ao regime jurídico das empresas privadas.

QUESTÃO 52

A Lei n.º 9.784/1999 disciplina o processo administrativo no âmbito da administração federal, trazendo expressamente os princípios norteadores da atividade administrativa, entre os quais **não** se inclui a

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) segurança jurídica.
- (D) eficiência.
- (E) moralidade.

QUESTÃO 53

Nos termos da Lei n.º 9.784/1999, **não** está impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou a autoridade que

- (A) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- (B) tenha participado como perito.
- (C) venha a participar como testemunha ou representante.
- (D) esteja litigando judicialmente com o companheiro do interessado.
- (E) tenha menor grau hierárquico para decidir.

QUESTÃO 54

No tocante à classificação e às espécies de atos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A autorização constitui um ato discricionário e precário.
- (B) A aquisição de bens pela administração é um ato de gestão.
- (C) A expedição de uma certidão de óbito é um ato declaratório.
- (D) O ato administrativo composto é o que necessita, para sua formação, da manifestação de vontade de dois ou mais diferentes órgãos.
- (E) A licença para dirigir é uma espécie de ato administrativo negocial.

QUESTÃO 55

Aos contratos administrativos, não se aplica integralmente o princípio do *pacta sunt servanda*, devido à prerrogativa de alteração unilateral do contrato pela administração, em razão da melhor adequação do contrato às finalidades de interesse público. A respeito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se aplica ao contratado o direito de ampla defesa e do contraditório, considerando a prerrogativa administrativa.
- (B) A possibilidade de alteração abrange até as cláusulas econômico-financeiras do contrato.
- (C) O falecimento do contratado não constitui motivo para rescisão unilateral do contrato.
- (D) O contratado não está obrigado a aceitar a alteração, razão pela qual a administração deverá recorrer ao Poder Judiciário para o ato pretendido.
- (E) A ocorrência de caso fortuito, regularmente comprovada, autoriza a rescisão unilateral do contrato, com a consequente assunção imediata do objeto contratado por ato próprio da administração.

QUESTÃO 56

A Constituição Federal determina que, ressalvados os casos especificados na legislação, obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública. A respeito de licitações, assinale a alternativa correta.

- (A) As sociedades de economia mista que explorem atividade econômica, porque sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, não se submetem às normas constantes da Lei de Licitações.
- (B) Pregão é a modalidade de licitação em que, para julgamento e classificação das propostas, que ocorre antes da habilitação, será adotado o critério de menor preço.
- (C) A adjudicação ao vencedor do objeto da licitação obriga a Administração a celebrar imediatamente o respectivo contrato.
- (D) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre normas de licitação.
- (E) Tomada de preços é a modalidade de licitação na qual poderão participar somente os interessados que obtiverem seu cadastramento prévio.

QUESTÃO 57

A Lei n.º 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, traz diversas hipóteses de dispensa de licitação. Assinale a alternativa que apresenta a hipótese **não** incluída no conjunto da referida Lei.

- (A) Contratação de serviço técnico, de natureza singular, relativo à fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços.
- (B) Intervenção da União no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (C) Possibilidade iminente de comprometimento da segurança nacional.
- (D) Celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais.
- (E) Locação de imóvel para atendimento das finalidades da administração.

QUESTÃO 58

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, prevendo instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, até mesmo em meios eletrônicos de acesso público. Entre os instrumentos legais previstos, **não** se inclui(em)

- (A) planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
- (B) prestação de contas e o respectivo parecer técnico.
- (C) relatório resumido da execução orçamentária.
- (D) programas nacionais, regionais e setoriais.
- (E) relatório de gestão fiscal.

QUESTÃO 59

No tocante ao controle e fiscalização das finanças públicas, previstos na Lei Complementar n.º 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) O Poder Legislativo não pode fiscalizar diretamente o cumprimento das normas previstas na lei, somente com o auxílio do Tribunal de Contas.
- (B) A eventual compra direta, pelo Banco Central do Brasil, de títulos emitidos pela União para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira, deverá ser acompanhada exclusivamente pelo Ministério Público Federal.
- (C) O sistema de controle interno do Poder Executivo, do Legislativo e do Judiciário poderá fiscalizar o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
- (D) O Ministério Público, bem como o respectivo sistema de controle interno, não tem competência para fiscalizar a gestão fiscal.
- (E) É de competência exclusiva do Poder Executivo fiscalizar os gastos com inativos e pensionistas.

QUESTÃO 60

A Lei n.º 8.112/1990 refere-se à vacância como as hipóteses em que o servidor desocupa o seu cargo, tomando-se passível de ser preenchido por outra pessoa. Entre as hipóteses de vacância dispostas na Lei, **não** se inclui

- (A) falecimento.
- (B) promoção.
- (C) readaptação.
- (D) aposentadoria.
- (E) transferência.